



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE APOIO À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE COMPROMISSOS NA ÁREA DE HIDROGEOLOGIA DE POÇOS, SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS E COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA, NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF NO ESTADO DA BAHIA.

JANEIRO/2026



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	2
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES.....	2
3. CARACTERÍSTICAS DA LICITAÇÃO.....	5
4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO.....	6
5. ESCOPO DOS SERVIÇOS.....	7
6. EQUIPE TÉCNICA.....	7
7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	16
8. PROPOSTA FINANCEIRA.....	16
9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MULTA.....	19
10. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	23
11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	25
12. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	30
13. ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS SERVIÇOS, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	30
14. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO, ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS.....	32
15. FISCALIZAÇÃO.....	35
16. GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	34
17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS.....	39
18. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	40
19. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.....	40
20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	41
21. MATRIZ DE RISCO.....	43
22. CONDIÇÕES GERAIS.....	44
23. DOCUMENTOS ANEXOS.....	50



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objetivo deste Termo de Referência é estabelecer normas, critérios e principais condições contratuais para a apresentação de propostas e, posteriormente, a celebração de contrato para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE APOIO À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE COMPROMISSOS NA ÁREA DE HIDROGEOLOGIA DE POÇOS, SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS E COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA, NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF NO ESTADO DA BAHIA**, objetivando aumentar a capacidade de acompanhamento, fiscalização e supervisão dos instrumentos em execução e melhorar a produtividade das equipes técnicas.
- 1.2. O objeto consiste na contratação de até três equipes de apoio à fiscalização, doravante denominadas “módulos mínimos”, sendo prevista, em caráter inicial, a contratação de um módulo mínimo, podendo os demais módulos ser contratados de forma gradual, conforme a comprovação da necessidade decorrente do aumento da demanda pelos serviços, observada, em qualquer hipótese, a prévia existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL OU VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL OU VALOR DE REFERÊNCIA
1	MÓDULO MÍNIMO	24899 1341 22225	UNIDADE	3	R\$ 1.466.622,48	R\$ 4.399.867,44

Código SIASG – CATSER:

24899 - Serviços Correlatos a Poços Profundos

1341 - Supervisão / Gerenciamento / Fiscalização - Projeto / Construção / Obras Civis

22225 - Serviço Engenharia

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

- 2.1. Neste Termo de Referência ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, são utilizadas as expressões e siglas relacionadas a seguir, com os seguintes significados e interpretações:

Termo de Referência (TR): conjunto de informações e prescrições estabelecidas pela Codevasf com o objetivo de definir e caracterizar as diretrizes, o programa e a metodologia relativos a um determinado serviço ou obra ou produto ou bens a ser executado e/ou fornecidos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Sistema de Registro de Preços – SRP: Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos ao serviço licitado, para contratações futuras.

IRP - Intenção de Registro de Preços: instrumento a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG e que será utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG para registro e/ou divulgação dos itens a serem licitados.

Ata de Registro de Preços: Documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

Edital: Documento pelo qual a Codevasf divulga o objeto a ser licitado e a minuta do contrato, bem como regula o procedimento licitatório a ser realizado, estabelecendo todas as condições de participação e o critério de julgamento adotado.

Codevasf: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

6ª Superintendência Regional da Codevasf: Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em Juazeiro/BA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

Como Construído (As Built): Definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra ou serviços de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.

Contratada: Empresa licitante vencedora da Licitação, e contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

Contratante: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, doravante denominada Codevasf.

Contrato (CT): Documento, subscrito pela Codevasf e a Contratada (licitante vencedora do certame), que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

Relatório Mensal de Andamento: Documento a ser emitido pela Contratada, com o resumo da situação física e financeira, bem como das atividades realizadas por cada componente da equipe de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

apoio, contendo: detalhamento de cada atividade realizada por cada membro da equipe contratada, cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, laudos e/ou pareceres técnicos desenvolvidos, medições com memória de cálculo e detalhamento fotográfico dos contratos/convênios/termos de compromissos fiscalizados, detalhamento das atividades realizadas, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo supervisor, e evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados. Seu formato será definido na reunião de partida.

Relatório Final: Documento elaborado pela Contratada, previsto ao término dos trabalhos objeto deste Termo de Referência, no qual é apresentado o relato dos serviços executados.

Cronograma Físico-Financeiro: representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços, doravante denominado Cronograma.

Documentos de Contrato: Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, Especificações Técnicas, Desenhos e Proposta Financeira da executante, Cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.

Especificações Técnicas: Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto.

Nota de Empenho (NE): documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.

Ordem de Serviço (OS): documento formal emitido pela Codevasf com a especificação detalhada do serviço/produto individual (parte do contrato) a ser elaborado pela Contratada, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.

Planilha de Custos da Proponente: Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto ofertado pela Licitante.

Planilha de Custos do Orçamento de Referência: Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos,



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar (Planilha Orçamentária).

Plano de Trabalho (PT): Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

Matriz de Riscos: A matriz de riscos representa o instrumento que define a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação. Suas informações são indispensáveis para a caracterização do objeto e das respectivas responsabilidades contratuais, bem como são essenciais para o dimensionamento das propostas por partes dos licitantes.

Fiscalização: Equipe da Codevasf indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato.

Licitante: Empresa habilitada para apresentar proposta.

Reunião de Partida (“START UP”): Reunião com as partes envolvidas, Contratada, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras.

Proposta Financeira: Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

3. CARACTERÍSTICAS DA LICITAÇÃO

3.1. O Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, define e disciplina os procedimentos de licitações e contratações da Codevasf, no âmbito da Sede e das Superintendências Regionais, nos termos das Leis nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e nº 14.133 de 01 de abril de 2021, no que couber, em especial, quanto à operacionalização do pregão eletrônico e licitações eletrônicas, bem como, ao disposto no Decreto 11.462 de 31 de março de 2023.

3.2. **Modalidade Licitatória:** Pregão Eletrônico, visto que a Lei 13.303/2016, prevê em seu Art. 32, Inciso IV, a adoção preferencial dessa modalidade de licitação, sendo tal norma reproduzida no RILC. Sendo ainda no formato de Sistema de Registro de Preços (SRP), regido, atualmente, pelo Decreto nº 11.462/2023, conforme expressa autorização do art. 138 do RILC, por meio de sessão pública realizada exclusivamente em portais de compras de acesso público na internet, no sítio do Compras Governamentais: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 5.1. As atividades objeto deste Termo de Referência referem-se à prestação de serviços de apoio técnico em todo e qualquer contrato ou convênio na área de hidrogeologia de poços, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, em diversos municípios da 6ª SR, no Estado da Bahia. Os trabalhos deverão ser realizados sempre que seja enviada demanda pelo Fiscal do Contrato Codevasf, ou pessoa autorizada por ele e poderão ser executados em quaisquer dos municípios inseridos sob área de atuação da 6ª Superintendência Regional, com sede em Juazeiro/Ba
- 5.2. Os serviços comuns de engenharia objeto desta licitação encontram-se descritos e caracterizados no Estudo Técnico Preliminar e nas Especificações Técnicas (Anexo IV) e quantificados nas Planilhas de Custos do Orçamento de Referência (Anexo II) que integra este Termo de Referência.
- 5.3. O objeto do presente certame licitatório compreende os serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica dos serviços de geologia e hidrogeologia de poços de instrumentos da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, e são os seguintes:
- 5.3.3.1 Perfilagem de Poços: fornecimento de informações detalhadas sobre a profundidade e as características do poço.
 - 5.3.3.2 Controle de Qualidade do Revestimento: Verificação rigorosa do revestimento para garantir que esteja em conformidade com as especificações contratuais e técnicas através do monitoramento durante a execução.
 - 5.3.3.3 Análise de Água: Análise e realização de contraprova em relação aos resultados apresentados pela empresa responsável pela execução.
 - 5.3.3.4 Elaboração de pareceres técnicos de planilhas orçamentárias, projetos básicos e executivos, solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, entre outras peças técnicas vinculadas aos instrumentos fiscalizados pela Codevasf;
 - 5.3.3.5 Realização de medição de serviços e desenhos técnicos diversos relacionados à área de geologia.
 - 5.3.3.6 Elaboração de peças técnicas diversas, vinculadas aos instrumentos fiscalizados no âmbito do contrato.

6.0 EQUIPE TÉCNICA

6.1 Seguem as atribuições de cada cargo:

6.1.1 Líder de Equipe: Geólogo pleno ou engenheiro geólogo pleno:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 6.1.1.1 Caracterizar a hidrogeologia, geomorfologia, geologia, hidrologia, bem como realizar serviços de fotogeologia e fotointerpretação na região de atuação da 6ª SR.
- 6.1.1.2 Executar a perfilagem óptica, interpretar os dados obtidos e apresentar à Codevasf relatórios técnicos detalhados, acompanhados de cópia da filmagem do poço.
- 6.1.1.3 Examinar os resultados das análises físico-químicas e bacteriológicas da água apresentados pela Contratada por meio de relatórios técnicos, promovendo, quando solicitado, a realização de contraprova dessas análises, em conformidade com as normas e padrões aplicáveis.
- 6.1.1.4 Prestar apoio à fiscalização da Codevasf na obtenção, acompanhamento e controle da Autorização para Perfuração de Poços (APPO) e demais licenciamentos aplicáveis.
- 6.1.1.5 Apoiar a fiscalização da Codevasf no acompanhamento de contratos, convênios e/ou termos de compromisso, que tenham por objeto alocação, perfuração e instalação de poços e serviços correlatos.
- 6.1.1.6 Aferir locações de poços propostos pelas empresas contratadas pela Codevasf através de avaliação geológica para verificar se os aquíferos correspondem com o tipo de poço disponível para instalação e se estão posicionados em locais com maior potencial hidrológico, auxiliando em possíveis relocações.
- 6.1.1.7 Acompanhar perfuração de poços para verificar conformidade com as normas vigentes.
- 6.1.1.8 Elaborar peças gráficas, produtos cartográficos e relatórios.
- 6.1.1.9 Informar à Codevasf todos os empecilhos e divergências observadas em trabalhos de campo através de relatórios técnicos;
- 6.1.1.10 Supervisão técnica na execução dos serviços, verificando se estão sendo realizadas conforme o projeto e as especificações técnicas.
- 6.1.1.11 Verificar se os materiais utilizados e os procedimentos adotados atendam aos padrões de qualidade exigidos, evitando falhas futuras que possam comprometer o sistema.
- 6.1.1.12 Verificar em campo as condições de saúde e segurança das empresas contratadas pela Codevasf para realizar os serviços de poços tubulares. Se certificando que nas áreas de trabalho, os empregados terceirizados não estarão sujeitos a condições de insalubridade ou periculosidade, bem



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

como, conferir o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

6.1.1.13 Acompanhar o andamento das tarefas atribuídas aos demais profissionais da equipe.

6.1.1.14 Atuar como elo entre a contratada (empresa responsável pela execução), a contratante (Codevasf) e a comunidade beneficiada. Coletar feedbacks, orientar as equipes e comunicar ajustes necessários.

6.1.2 Técnico de Obras:

6.1.2.1 Apoiar a fiscalização da Codevasf no acompanhamento de contratos e convênios e/ou termos de compromisso, que tenham por objeto alocação, perfuração e instalação de poços e serviços correlatos.

6.1.2.2 Informar à Codevasf todos os empecilhos e divergências observadas em trabalhos de campo através de relatórios técnicos;

6.1.2.3 Realizar perfilagem subterrânea, verificar medidas de nível e vazão em poços já perfurados para conferência de medições.

6.1.2.4 Realizar a conferência das coordenadas dos poços por meio de GPS de navegação

6.1.2.5 Observar e registrar o quantitativo e qualidade de materiais utilizados na instalação dos poços confirmando as especificações técnicas e medições recebidas pelas empresas contratadas da 6ª SR.

6.1.2.6 Monitorar o trabalho realizado em campo, assegurando que as atividades estão sendo executadas conforme o projeto e as especificações técnicas.

6.1.2.7 Verificar a qualidade dos materiais utilizados e controlar o uso adequado de equipamentos, garantindo que estão de acordo com as normas e padrões estabelecidos.

6.1.2.8 Elaborar relatórios sobre o andamento das obras, identificando possíveis problemas ou desvios, que são encaminhados ao líder de equipe.

6.1.3 Auxiliar de campo:

6.1.3.1 Apoiar o técnico de campo ou o geólogo em qualquer atividade que esteja realizando.

6.1.3.2 Auxiliar na coleta de dados em campo, como medições, fotografias e



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

preenchimento de formulários.

- 6.1.3.3 Garantir que os materiais e ferramentas necessários estejam disponíveis para a equipe e ajudar no transporte de insumos.
- 6.1.3.4 Anotar dados sobre a quantidade de materiais entregues e instalados, auxiliando na criação de relatórios de campo que serão utilizados no monitoramento dos contratos.
- 6.1.3.5 Auxiliar na observação das atividades diárias no campo, verificando se estão sendo realizadas conforme as instruções e normas, e reportando eventuais desvios aos supervisores.

Secretário (a) Administrativo:

- 6.1.3.6 Gerencia a documentação necessária, como contratos, relatórios, projetos e plantas, assegurando que tudo esteja arquivado de forma acessível e bem organizado para consulta por geólogos, engenheiros, técnicos e cadistas, **trabalhando diretamente com o fiscal do contrato.**
- 6.1.3.7 Manter em ordem os documentos físicos e digitais, como medições de campo, ordens de serviço, atas de reuniões, etc., facilitando o trabalho dos profissionais que dependem dessas informações para monitoramento e fiscalização.
- 6.1.3.8 Facilitar a comunicação interna entre os diferentes profissionais, coordenando reuniões, enviando comunicados, e garantindo que todas as partes envolvidas estejam cientes das etapas e demandas.
- 6.1.3.9 Auxiliar na preparação e formatação de relatórios de fiscalização e progresso das obras, compilando dados fornecidos pelos técnicos e engenheiros. Ele organiza as informações de forma clara para facilitar a análise pelos gestores e contratantes.
 - 6.1.3.9.1 Registrar as medições e inspeções realizadas em campo, mantendo um histórico detalhado de todas as visitas e contratos monitorados.
 - 6.1.3.9.2 Auxiliar na compra de materiais e ferramentas necessárias para os serviços, verificando cotações, realizando pedidos e monitorando as entregas para garantindo que os itens necessários cheguem ao local no tempo adequado.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 6.1.3.9.3 Organizar os treinamentos, coordenando a logística (local, materiais, horários) e documentando a participação dos envolvidos.
- 6.1.3.9.4 Apoiar o fiscal da Codevasf com a conferência de documentos e medições fornecidos pelos contratos e convênios e/ou termos de compromisso, que tenham por objeto alocação, perfuração e instalação de poços e serviços correlatos.
- 6.1.3.9.5 Realizar a verificação e o acompanhamento da Autorização para Perfuração de Poços (APPO) e dos demais licenciamentos aplicáveis.

6.2 Cada módulo que compõe uma equipe será composto por um líder de equipe (geólogo pleno ou engenheiro geólogo), dois técnicos de obras, dois auxiliares de campo e um secretário (a).

6.3A execução dos serviços ocorrerá mediante a autorização pelo fiscal do contrato, ou pessoa autorizada por ele, via solicitação específica, e executada por equipe de trabalho dimensionada de acordo com a necessidade para o cumprimento da tarefa descrita no escopo da respectiva OS.

6.4 Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- 6.4.1 Às disposições legais da União, do Estado da Bahia e dos Municípios da área de atuação da Codevasf;
- 6.4.2 Às especificações constantes deste documento;
- 6.4.3 Às especificações do Caderno de Encargos da Codevasf;
- 6.4.4 Às Norma de Segurança e Medicina do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 6.4.5 Às normas da ABNT;
- 6.4.6 Demais legislações, normas e orientações aplicáveis em território nacional;
- 6.4.7 Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 6.4.8 Às Normas Regulamentadoras relativas à segurança do trabalho;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

6.4.9 Às Especificações Técnicas (Anexo IV).

6.5 Todos os relatórios técnicos de campo e de serviços de escritório serão submetidos à aprovação da fiscalização, para verificação quanto ao atendimento das obrigações contratuais, inclusive quanto às estabelecidas neste Termo de Referência.

6.6 Os serviços dos membros da equipe previstos neste termo de referência não estão vinculados. Pode ser expedida solicitação específica exclusivamente para atividades em campo, para serviços técnicos de escritório, ou para ambos, conforme a necessidade da fiscalização.

6.7 Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação dos mesmos frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços.

6.8 As equipes de apoio a serem empregadas na prestação dos serviços constantes do objeto deste Termo de Referência, deverão ter disponibilidade, no mínimo, dos seguintes equipamentos básicos fornecidos pela Contratada:

6.8.1 Três veículos no período do contrato com, no mínimo, ar-condicionado e direção hidráulica, motor 1.2 ou superior, de cor branca, identificado com os dizeres conforme normativo da Codevasf; do tipo pick-up leve, cabine dupla, com sistema de monitoramento de GPS e velocidade instalado.

6.8.2 Pranchetas, trenas longas, material de escritório (lápiz, canetas, borrachas, blocos, cadernetas de campo, etc.) de acordo com as especificações e quantidades adequadas ao pleno atendimento das necessidades de cada serviço a ser executado;

6.8.3 Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual de acordo com as Normas Regulamentadoras sobre segurança do Trabalho, em especial a NR-06.

6.8.4 Três celulares corporativos com acesso à internet, equipados com câmeras de alta resolução e um sistema de monitoramento do local, garantindo que os funcionários possam ser acompanhados por questões de segurança durante o trabalho remoto.

6.8.5 Três GPS's de navegação com cabo para descarga de dados via porta USB;

6.8.6 Softwares de geoprocessamento para elaboração de mapas geológicos e de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

localização;

6.8.7 Equipamento que permita perfilagem de poços com capacidade de aferição de até 220 metros, quando for o caso.

6.8.8 Equipamento e vasilhames para coleta de água e envio para laboratório segundo normas vigentes.

6.9 Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação dos mesmos frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços.

6.10 Os custos com alimentação e pernoite da equipe, bem como custos de transporte da equipe de campo, estão incluídos na Composição de Custos Unitários, sendo que eventuais discrepâncias nessa estimativa deverão ser absorvidas financeiramente pela contratada.

6.11 A metodologia para o levantamento e processamento das informações coletadas pelos profissionais em campo deverão sempre ser discutidas junto à fiscalização do contrato e os analistas da área, com vistas à obtenção de rendimento e resultado sempre otimizado, adequada à necessidade imposta pela demanda da Codevasf/Fiscalização em apoio ao contrato que a presente contratação visa atender (qualidade e prazo); a reunião de partida já poderá indicar a metodologia indicada aos trabalhos da contratada.

6.12 As análises de água deverão ser realizadas em laboratório com escopo mínimo dos seguintes ensaios: cor, turbidez, PH, cálcio, magnésio, alcalinidade, sólidos totais, nitrato, cloretos, manganês, alumínio, fluoreto, ferro, nitrogênio amoniacal, nitrito, condutividade, cloro residual, dureza total, coliformes termotolerante e DBO/DQO.

6.13 Estão previstas 100 perfilagens para aferição de profundidade e 75 coletas e análises químicas de água por módulo no prazo de vigência do contrato.

6.14 A supervisão será exercida pelo Geólogo/Engenheiro Geólogo, ou por um preposto da empresa de apoio (se assim optar) que será remunerado através dos valores destinados à administração central.

6.15 O fiscal do contrato, mediante demanda das gerências e escritórios de apoio, deverá elaborar as solicitações de serviços conforme demanda de atividades, seja ela, mensal ou semanal, na qual as equipes de apoio deverão iniciar os serviços solicitados.

6.16 Todos os relatórios técnicos de campo e de serviços de escritório serão submetidos à aprovação



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

da fiscalização, para verificação da aderência às obrigações contratuais, inclusive quanto às estabelecidas neste Termo de Referência.

6.17 PERFIL, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA DE CADA MEMBRO DA EQUIPE TÉCNICA

6.17.1 Geólogo Pleno ou Engenheiro Geólogo: profissional com nível superior e mais de 5 anos de experiência, para fazer a gestão da equipe de campo e coordenar os trabalhos. É necessária a posse de carteira de habilitação "B".

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Diversos na área de atuação de 6ª SR	Líder de Equipe	Diversos	12 meses/ano

6.17.2 Técnico de Obras: profissional de nível médio técnico com habilidades para apoiar a fiscalização em uma variedade de serviços, incluindo o acompanhamento da perfuração de poços, coleta de amostras, realização de perfilagens para aferição de poços, elaborar desenhos técnicos em CAD, auxiliar na verificação da conformidade dos procedimentos operacionais com as normas técnicas e ambientais, bem como contribuir na identificação de melhorias nos processos. É necessária experiência mínima comprovada de 3 anos e a posse de carteira de habilitação "B".

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Diversos na área de atuação de 6ª SR	Técnico de obras: Técnico em Mineração, em Sondagem, Meio Ambiente ou Edificações	Diversos	12 meses/ano

6.17.3 Auxiliar Técnico: profissional de nível médio, para trabalhar em apoio aos técnicos de obras nos diversos serviços de campo, tais como acompanhamento de obras e serviços, elaboração de projetos, para medição de quantitativos de serviços executados e apoio às demandas de acompanhamento e fiscalização.

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Diversos na área de atuação de 6ª SR	Auxiliar Técnico	Diversos	12 meses/ano



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

6.17.4 Secretário Administrativo: profissional de nível médio e/ou médio-técnico, para trabalhar no acompanhamento de documentações e montagem de processos administrativos dos contratos, convênios e termos de compromissos, bem como os processos de medição dos contratos e liberação de parcela de termos de compromissos, para logística da equipe de execução de apoio à fiscalização, bem como para organizar as ações administrativas das equipes, ações estruturais do contrato de apoio, documentação de gestão pessoal direta da equipe de apoio à fiscalização das obras e serviços de contratos, convênios e termos de compromissos.

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Diversos na área de atuação de 6ª SR	Secretário Administrativo	Diversos	12 meses/ano

6.18 EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

Para fins da primeira contratação, segue abaixo tabela com a equipe mínima a ser requisitada:
CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Nível Superior	01 Geólogo Pleno ou Engenheiro Geólogo Pleno (Líder de Equipe)	12 meses/ano
Nível Médio-Técnico	02 Técnicos de obras	12 meses/ano
Nível Médio	02 Auxiliares Técnicos	12 meses/ano
Nível Médio e/ou Médio-Técnico	01 secretário (a) Administrativo	12 meses/ano

7.0 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

7.1.1 Consórcios: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de CONSÓRCIO, considerando que o objeto é um serviço de engenharia comum e não possui alta complexidade que demande diversas especialidades ou que exigem licitantes de ramos distintos.

7.1.2 Subcontratação: Não será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

7.1.3 Cooperativas: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de COOPERATIVAS uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.

7.2 NÃO será obrigatória, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada uma visita ou um estudo dos municípios onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

7.3 É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

8.0 PROPOSTA FINANCEIRA

8.1A Proposta Financeira deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

8.2A Proposta de Preços constitui-se dos seguintes documentos:

- a. Preço global para execução dos serviços objeto deste TR com valor igual ou inferior ao estimado na Planilha de Custos do Orçamento de Referência (Anexo II).
- b. Planilha de Custos da Proponente devidamente preenchida com todos os custos e despesas indiretas dos serviços, ajustada ao lance ofertado, discriminando todos os seus itens com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Orçamento de Referência, modelo constante do Anexo II que é parte integrante deste TR, observando-



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

se os preços unitários e preços globais máximos orçados pela Codevasf.

- c. Junto com a proposta, as planilhas de custos dos serviços da proponente deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.
- d. A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão de obra, observar os pisos salariais normativos das categorias, fixados por Lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho, e deverá atender também a Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, da Diretoria Colegiada do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
- e. Ocorrendo divergência entre os dissídios, acordos ou convenções coletivas de trabalho e Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, deverá a licitante atender ao disposto no Art. 5º do Decreto nº 12.174 de 11 de setembro de 2024 e bem como o ACÓRDÃO Nº 1207/2024 – TCU – Plenário, de modo a evitar a precarização da mão de obra e a quebra da isonomia na contratação, em decorrência da vantagem auferida pela empresa cuja proposta estiver baseada em instrumento de trabalho mais desfavorável ao trabalhador em sua proposta financeira.
- f. Detalhamento dos encargos sociais, conforme Planilha de Custos do Orçamento de Referência (Anexo II). A licitante deverá discriminar os percentuais dos encargos sociais adotados com observância da legislação pertinente.
- g. Os Encargos Totais, compostos de encargos sociais, encargos complementares e encargos adicionais. O licitante deverá demonstrar os percentuais dos encargos.

8.3 Em relação à aceitação da proposta financeira e no que tange à formação de preços, a contratada deverá observar o que prevê o Art. 5º do Decreto nº 12.174/2024, bem como as recentes disposições decorrentes deste mesmo decreto que trata das garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos, inclusive, dos contratos de execução de obras e serviços de engenharia, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme seu Art. 2º. Ainda, segundo parecer da Assessoria Jurídica alicerçado no entendimento do Tribunal de Contas da União que, apesar das disposições legais tratarem da utilização aos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, amplia a proteção abarcando também os serviços não continuados que se enquadrem ao regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista a tutela do mesmo bem jurídico e, principalmente, a jurisprudência do TCU sobre o tema e entendimento do ACÓRDÃO Nº 1207/2024 – TCU –



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Plenário no qual acorda sobre tema tratado neste item do TR.

- 8.4A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Proponente, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão de obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução e transporte até o local de execução dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 8.5Na proposta apresentada pela licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos futuramente contratados e executados.
- 8.6O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.
- 8.7Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço ou fornecimento. Observar os preços máximos (unitários e globais) orçados pela Codevasf.
- 8.8Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais, os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008. O percentual do ISS deverá ser recolhido no município onde estiver alocado o escritório e as equipes da Contratada.
- 8.9No demonstrativo de despesas fiscais, deverá ser informado o regime de tributação, ou seja, se baseado no lucro real ou no lucro presumido, ou ainda no simples nacional (ME/EPP).
- 8.10 As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.
- 8.11 A Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.
- 8.12 As despesas relativas ao auxílio-alimentação dos funcionários quando em trabalho no município sede do contrato, às diárias (alimentação e pernoite) dos funcionários quando em trabalho de campo fora do município sede do contrato e aos veículos deverão ser previstas nos custos dos



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

serviços, bem como as despesas relativas aos equipamentos necessários para execução do objeto deste TR.

8.13 Em relação à proposta financeira, não haverá parcela de mobilização, nem de desmobilização, em função da natureza dos serviços, que não envolve canteiro de obras, não exige transporte de máquinas/equipamentos pesados.

8.14 Os custos de reuniões na sede da 6ª Superintendência Regional da Codevasf em Juazeiro/BA, bem como as vistorias em conjunto nos locais dos serviços, pela representante da empresa devem estar previstos nos custos administrativos apresentados.

8.15 O Licitante deverá atentar à inexecutabilidade em sua proposta observando o §3º do Art. 56 da Lei 13.303/2016.

8.16 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

9.0 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MULTA

9.1 Os pagamentos dos serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica serão efetuados em reais, com base nas medições mensais dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela Contratada em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

- a. Os custos de instalação do escritório, fornecimento de mobiliário, fornecimento e manutenção dos veículos somente serão pagos mediante atesto pelo fiscal do contrato.
- b. Nos preços apresentados pela licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- c. As viagens da equipe técnica PFS-2 serão pagas conforme o número de viagens realizadas contabilizado no relatório mensal dos serviços, devendo-se informar e descrever a quantidade de dias trabalhados em campo e o número de pernoites pelo profissional.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- d. A Codevasf somente pagará pelo custo das viagens efetivamente realizadas, baseando-se na quantidade de diárias (alimentação e hospedagem) e no custo unitário apresentado na proposta da Contratada.
- e. A Codevasf somente pagará a Contratada pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento, reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.

9.2A Codevasf pagará à Contratada mediante faturas mensais que virão acompanhadas de Relatório Mensal de Execução das Atividades e parecer da fiscalização por meio do Relatório de Acompanhamento da Fiscalização, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.

9.3Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

- a. Se atestada a conformidade dos serviços prestados, e satisfeitas às exigências contratuais, a Contratada apresentará os respectivos documentos de cobrança.
- b. O atestado a que se refere a alínea anterior será expedido dentro de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da apresentação dos relatórios de andamento.

9.4Atendido o disposto nos itens anteriores a Codevasf considerará como data de adimplemento a data útil seguinte do protocolo do documento de cobrança, a partir da qual será iniciada a contagem do prazo estabelecido, observando-se que:

- a. Na contagem do prazo estabelecido neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento; e
- b. É de inteira responsabilidade da Contratada, a entrega à Codevasf dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada. O não atendimento implicará em desconsideração, pela Codevasf, dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

9.5Para efeito de apuração do valor de cada parcela devida serão aplicados os preços ofertados na Proposta Financeira da Contratada, observando-se o que se segue:

- a. Os custos referentes à equipe técnica serão medidos e pagos mensalmente por meio da apuração dos serviços prestados, com base nos preços unitários propostos e na efetiva utilização dos seus integrantes na realização dos serviços.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

9.6 Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termo de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos Serviços, incluindo:

- a. Custo de mão de obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, material de consumo, etc.;
- b. Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
- c. Remuneração de escritório e despesas fiscais; e,
- d. Auxílio-alimentação, alimentação, hospedagem e transporte.

9.7 Observando o que prevê o Art. 5º do Decreto nº 12.174 de 11 de setembro de 2024, “na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação”. Assim, a Contratada não poderá pagar, na sua Proposta Financeira, salários inferiores aos pisos estabelecidos ou fixados pelos Conselhos Regionais de cada categoria profissional, em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho e na Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, consoante ainda com a Instrução de Serviço da Diretoria Geral nº 03 de 07/03/2012, no seu Art. 1º.

9.8 De modo a garantir o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas do contrato de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a contratada deverá observar as diretrizes previstas no Art. 18, da Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio 2017, do Art. 121 da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 2º do Decreto 12.174/2024.

9.9 Não será faturável serviço algum que não se enquadre nas formas de pagamento estabelecidas neste Termo de Referência, ou que não seja executado em plena conformidade com os mesmos.

9.10 A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, os comprovantes dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (INSS, FGTS e ISSQN) do mês anterior e/ou do período da medição.

9.11 É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à Codevasf dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela Codevasf dos prazos estabelecidos.

9.12 Não constituem motivos de pagamento pela Codevasf serviços em excesso, desnecessários à



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

execução das obras e que forem realizados sem autorização prévia da fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Termo de Referência.

9.13 A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

9.14 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

9.15 Ficam excluídos da hipótese referida na subcláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

9.16 Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido, caso em que a Codevasf efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga;

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + im_1/100)^{dx_1/30} \times (1 + im_2/100)^{dx_2/30} \times \dots \times (1 + im_n/100)^{dx_n/30} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

9.17 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

9.18 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

9.19 Em relação a aplicação de multas deverá ser observado os seguintes pontos:

- a. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da Contratada, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas em Lei.
- b. Nos casos de inexecução parcial dos serviços/fornecimentos, por culpa exclusiva da Contratada, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- c. Nos casos de atrasos na execução de serviços ou atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da Contratada, aplicar-se-á multa moratória de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso sobre o valor de cada relatório, documento, parecer entregue em atraso.
- d. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela fiscalização, em relação aos eventos arrolados neste item, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

10.0 REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

10.1 Será permitida a repactuação dos custos de mão de obra do contrato visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, mediante a demonstração analítica dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, conforme disposto no Art. 12 do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018 e o disposto no Art. 135, da Lei 14.133/2021.

10.2 Para efeito de repactuação, considera-se:

- a) Data de apresentação da proposta: a data prevista para apresentação da proposta;
- b) Data do orçamento que a proposta se referir: data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho, Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria - DNIT ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.
- c) A Licitante deverá apresentar em sua proposta cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho, Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Consultoria - DNIT ou equivalente, quando a data do orçamento se referir a alguns desses eventos.

- d) Em caso de omissão da Licitante na indicação da data desse evento, marco inicial para contagem do prazo de repactuação, prevalecerá a data de apresentação da proposta.
- e) É vedada a repactuação dos preços mediante a indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, consoante o disposto no art. 7º do Decreto nº 9.507/18.
- f) A repactuação será precedida da demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços.

10.3 Quanto ao reajuste dos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), estes permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta, conforme Art. 135, inciso I, da Lei 14.133/2021. Após este prazo, poderão ser reajustados através da aplicação do índice de reajustamento paramétrico pré-estabelecido, conforme fórmula apresentada a seguir (certificando-se que todos os índices empregados estejam referidos à mesma data base). Estas despesas são referentes a manutenção operacional (custo de veículos, custos de escritório e equipamentos e serviços).

$$R = V \left[\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right], \text{ onde:}$$

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I₁” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I₀” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

- g) Deverá ser adotado para o reajustamento dos custos de insumos para o apoio técnico o índice de código 157980 – FGV – Série 4 – Índice de Obras Rodoviárias - Consultoria (Supervisão e Projetos), encontrado na tabela de índices da FGV/IBRE, da revista “Conjuntura Econômica” publicado pela Fundação Getúlio Vargas. Este índice é o que melhor representa a correção do valor dos custos de insumos e materiais referentes a esta parcela que compõe os contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra que envolvem duas parcelas de custos na formação dos seus preços.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- h) Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Sendo:

$I_{DB1}^{Mês2}$ = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I_{DB2}^{Mês2}$ = Índice do mês de reajuste com a nova data base.

$I_{DB1}^{Mês1}$ = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

11.0 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1 Qualificação técnica - A licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- Comprovação de capacidade técnica-operacional da EMPRESA, representado por atestado(s) expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução das “parcelas de maior relevância e valor significativo” ao “objeto da licitação” ou “serviços com características semelhantes”, respeitando a Súmula 263 do TCU, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços de características equivalentes ao objeto desta licitação, com os seguintes quantitativos mínimos:

	SERVIÇO	QUANTIDADE
01	Execução de perfilagem para aferição de poços	30 unidades ou 4.500 metros

- Entende-se por similares os serviços de porte e complexidade equivalentes àqueles que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Item deste TR. Como referência de serviços similares, incluem-se a supervisão e o acompanhamento de serviços de perfuração e instalação de poços tubulares; a perfilagem geofísica de poços; os serviços de instrumentação e logging em poços tubulares profundos; e a perfilagem dinâmica.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Poderão ainda ser considerados outros serviços que, mediante análise técnica da equipe de apoio à licitação, sejam caracterizados como de natureza similar.

- c1) A Codevasf poderá solicitar da empresa licitante Das Certidões de Acervo Técnico (CAT) dos profissionais ou ART/RRT emitidas pelos conselhos de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos Atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes (Acórdão nº 3.094/2020 – TCU – Plenário).
- c2) Deverão constar do(s) atestado(s) ou certidão(ões), em destaque, os seguintes dados:
- Local de execução;
 - Nome da Contratante e da Contratada;
 - Nome do(s) responsável(eis) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e números de registro(s); e
 - Relação dos serviços executados.
- d) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, comprovando que o profissional tenha executado serviços de hidrogeologia de poços.
- d1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
- O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço
- d2) O licitante deverá comprovar, através da juntada de:
- Cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de que o mesmo pertence ao quadro do licitante;
 - Cópia do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional;
 - Cópia de contrato de prestação de serviço vigente, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou
 - Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- d3) Quando se tratar de dirigente ou sócio do licitante tal comprovação será através do ato constitutivo do mesmo;
- d4) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

11.2 Qualificação econômica financeira:

Será exigido comprovação de patrimônio líquido mínimo, referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como permite o art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, bem como a situação financeira mediante índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC), todos com índice maior que 1 (um) conforme orienta o art. 24 da IN 03/2018.

Esta comprovação, para fins de qualificação econômica financeira, justifica-se para minimizar o risco de contratação de empresas sem condições de atender ao objeto do contrato, ressaltando o dever de sempre observar a necessidade de ampliação da competição no certame, além de evitar o direcionamento da licitação.

12.0 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1 O prazo para execução do objeto deste Termo de Referência será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por aditivo, mediante manifestação expressa das partes.
- 12.2 As equipes que compõem os módulos serão mobilizadas individualmente, podendo ser simultâneas ou não, e deverá ser emitida uma Ordem de Serviço para cada equipe considerando o prazo do item anterior.
- 12.3 O prazo para vigência do contrato, contado em meses, a partir da data de sua assinatura, será o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 03 (três) meses consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos Serviços, perfazendo um prazo total de vigência de 15 (quinze) meses para cada equipe.
- 12.4 A expedição da Ordem de Serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União e entrega das Garantias de Cumprimento do Contrato e Riscos de Engenharia, na Unidade de Finanças da Codevasf.
- 12.5 A prorrogação do prazo de execução dos serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromissos de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

obras e serviços de engenharia, pode ser feita mediante manifestação expressa das partes e segundo a legislação vigente.

13 ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS SERVIÇOS, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os custos dos serviços objeto deste Termo de Referência atendem ao disposto no Decreto nº 7.983 de 08 de abril de 2013 e no RILC, orçados de acordo com o valor da Planilha de Custos do Orçamento de Referência, no valor máximo global para **3 módulos da equipe técnica** e no valor máximo global para **o módulo mínimo da equipe técnica**, respectivamente de:

VALOR TOTAL: R\$ 4.399.867,44 (Quatro milhões, trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), indicado na Planilha de Custos do Orçamento de Referência do Anexo II.

VALOR MÓDULO MÍNIMO: R\$ 1.466.622,48 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), indicado na Planilha de Custos do Orçamento de Referência do Anexo II.

13.2 A contratação será feita mediante a necessidade da Codevasf, podendo haver contratação de um módulo até o máximo de três módulos, conforme o valor do módulo mínimo e do valor total da proposta.

13.3 Estão inclusos no valor acima, os custos indiretos, os encargos totais (sociais, complementares e adicionais), as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e orçamentação dos serviços constam da Planilha de Custos do Orçamento de Referência - Codevasf - Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência.

13.4 O valor estimado para a contratação foi elaborado com base de referência a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2025/2026 do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO) e do Sindicato dos Empregados de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado da Bahia (SINDPEC) e Tabela de Preços de Consultoria – Relatório de Consolidação de Custos de Mão de Obra (Outubro/2025), para os custos relativos à mão de obra, considerando os valores das categorias profissionais que compõem o módulo; Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Benefícios e Despesas Indiretas - BDI (Outubro/2025) e Tabela de Preços de Consultoria - Tabela 2 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos (Outubro/2025), para os custos de insumos do apoio técnico, já inclusos os custos indiretos, encargos totais (sociais, complementares e adicionais), taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

insumos não constantes nos sistemas de custos citados anteriormente, foram adotadas as tabelas de referência ORSE (Novembro/2025) e EMBASA (Junho/2025). Além disso, foram efetuadas pesquisas de mercado, Composição de Preços Unitários, tabela de diárias da Codevasf e tabela FIPE (Dezembro/2025).

13.5 No valor de referência foram consideradas as seguintes taxas de tributos, remuneração da empresa, custo administrativo central e encargos (sociais, complementares e adicionais), conforme Tabela de Preços de Consultoria do DNIT e SINAPI:

- a) Despesas Indiretas (sobre o Custo Direto): Administração Central = 10,00%.
- b) Benefícios (sobre o Custo Direto): Lucro = 12,00%.
- c) Tributos (sobre o Preço de Venda): PIS = 1,32% (80,00% de 1,65%); COFINS = 6,08 (80,00% de 7,60%) e ISS = 5,00%.

Observações: os percentuais descritos são aplicáveis sobre o PREÇO DE VENDA, observar correção para aplicação sobre CUSTOS DIRETOS na Planilha de Custos do Orçamento de Referência - Codevasf - Anexo II.

- d) Encargos Sociais = 71,29%. Os encargos complementares e adicionais estão detalhados por categoria profissional na Planilha de Custos do Orçamento de Referência - Codevasf - Anexo II..

13.6 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários para a contraprestação dos serviços, sob a gestão da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme Art. 17, do Decreto 11.462/2023.

14 ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO, ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

14.1 A Contratada deverá enviar os relatórios, desenhos, produtos de levantamentos e medições dos poços fiscalizados em formato digital, em versão editável (.doc, .docx, .xlsx, .txt, .dwg e afins) e em versão portátil de documentos (.pdf), para o e-mail do Fiscal designado do contrato e para a Chefia da Unidade solicitante. Quando solicitado, a Contratada deverá imprimir os projetos, relatórios, desenhos, produtos de levantamentos e medições dos poços fiscalizados.

14.2 A Contratada deverá fornecer todas as condições para que a sua equipe técnica execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização da Codevasf.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 14.3 A Contratada deverá fornecer diárias para hospedagem e alimentação dos profissionais em trânsito, ou seja, que prestam serviços fora do município de Juazeiro/BA até o limite máximo proposto na Planilha de Custos do Orçamento de Referência da Codevasf - Anexo II.
- 14.4 A Contratada deverá fornecer EPI para os profissionais de campo como: botinas, capacetes, protetores auriculares, uniformes, creme para pele com protetor solar e etc., de acordo com o que a função requerer.
- 14.5 A Contratada deve realizar os serviços topográficos com equipamentos compatíveis para as especificações do serviço.
- 14.6 A Contratada deverá apresentar mensalmente uma programação das ações do mês subsequente para ser autorizada pelo fiscal da Codevasf e quaisquer ações urgentes deverão ser solicitadas e autorizadas pela Codevasf previamente.
- 14.7 A Contratada deverá fornecer, quando solicitado, ART quitada do responsável técnico para as atividades de serviços hidrogeológicos, assim como e TRT do Técnico Nível Médio, durante a realização de seus serviços, inclusive para as atividades solicitadas, onde conste exigência legal para o exercício profissional e responsabilidade técnica para os documentos técnicos elaborados.
- 14.8 Os profissionais apresentados na Relação de Profissionais somente poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, a qual deverá ser comprovada mediante a apresentação de documentação comprobatória à Codevasf. Neste caso, a documentação compreende:
- a) A CAT de serviços equivalentes ao objeto contratado realizados pelo(a) profissional que pretende substituir o(a) indicado(a) originalmente;
 - b) Currículo deste(a) profissional;
 - c) Cópia do documento que comprove o seu registro ativo no respectivo Conselho de Classe;
 - d) Documentação que atenda o item 11.1.
 - e) Caso a documentação apresentada não satisfaça os requisitos exigidos por este Edital para comprovar a experiência técnica do(a) profissional substituto(a), a Codevasf poderá recusar a substituição e caberá a empresa contratar outro(a) profissional que atenda os pré-requisitos estabelecidos.
- 14.9 A Contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização peças técnicas, relatórios mensais e relatório final, a saber:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- a) Elaboração de relatório mensal - documento a ser apresentado pela Contratada para medição dos serviços, que traduz o resultado mensal dos serviços ou de componentes dos serviços, com fotografias digitais.
 - b) Peças Técnicas Produzidas – Elaboradas pela Contratada, como desenhos de levantamento, projetos, relatórios de medições, fotos e desenhos, projetos executivos, pareceres técnicos, relatórios de fiscalização e supervisão técnica e relatórios de visita técnica.
 - c) Relatório Final – documento que apresentará a relação de profissionais que participaram da equipe técnica, o quantitativo final de peças técnicas produzidas, de diárias para hospedagem e alimentação, a relação de municípios visitados, além de descrever as lições aprendidas na gestão do contrato junto à Codevasf, a ser apresentado à fiscalização no momento do encerramento do contrato.
- 14.10 Elaboração de relatórios mensais de progresso das ações do programa - documento a ser apresentado pela Contratada, que traduz o resultado mensal dos serviços ou de componente dos serviços, com fotografias digitais do andamento dos serviços.
- 14.11 Relatório de acompanhamento de serviços - deverá ser entregue mensalmente na medição de execução dos serviços de apoio à fiscalização.
- 14.12 Relatório Final - documento de produção previsto ao término dos trabalhos, no qual a contratada apresenta o relato de todos os serviços executados.
- 14.13 Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 14.14 As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.
- 14.15 A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.
- 14.16 Os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal e Final), bem como relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada em duas vias impressas e em meio digital.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

15 FISCALIZAÇÃO

- 15.1 A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 15.2 Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela Contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 15.3 A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 15.4 Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da Contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 15.5 Deverá checar se a Contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 15.6 Tratar diretamente com a equipe de execução de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 15.7 Solicitar da Contratada a relação de empregados contratados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 15.8 Acompanhar o cumprimento, pela Contratada, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela Contratada.
- 15.9 Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- 15.10 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 15.11 O fiscal do contrato terá 05 (cinco) a 15 (quinze) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela Contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.
- 15.12 Analisar e aprovar os relatórios mensal e final. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à Contratada.
- 15.13 Notificar a Contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 15.14 Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.
- 15.15 Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 15.16 Receber, analisar, emitir parecer e encaminhar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 15.17 Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 15.18 Analisar e emitir Nota Técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 15.19 Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da Contratada.
- 15.20 Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 15.21 Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 15.22 Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 15.23 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 15.24 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 15.25 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a Contratada mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

16 GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 16.1 Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitido por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da Contratada.
- 16.2 A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Gerência Regional de Gestão Estratégica na 6ª Superintendência Regional da Codevasf.
- 16.3 A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia deverá estar em vigor e com cobertura até 90 (noventa) dias após o término do prazo de execução do contrato.
- 16.4 Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 16.5 A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 16.6 A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão contratual, na forma prevista nas cláusulas contratuais.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

16.7 Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

16.8 Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão contratual, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.

16.9 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

17.1 Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da Codevasf, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a Contratada deverá apresentar todos os relatórios exigidos, analisados e aprovados pela Codevasf.

17.2 Após o término dos serviços objeto deste Termo de Referência, a Contratada requererá à Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.

17.3 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela Fiscalização um prazo para que a Contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

17.4 Após o recebimento provisório do objeto pela Fiscalização, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

17.5 Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a Contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

17.6 Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da Contratada, possibilitando a liberação da garantia.

17.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da Contratada.

17.8 Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.

17.9 A Contratada entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
- c) Liberação da Caução Contratual.

17.10 A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

18. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

18.1 A Contratada deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, que altera a CLT, Portaria nº 3.214 do Ministério do Estado do Trabalho, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

19. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

19.1 Constituem obrigações da Licitante Contratada:

- a) Executar o serviço objeto desta licitação conforme condições, especificações, normas de ABNT e preços registrados, acompanhado da respectiva nota fiscal, indicando número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência, e conta corrente);
- b) Respeitar e seguir as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- c) Manter as condições exigidas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- d) Pagar todos os tributos devidos em decorrência do fornecimento, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos;
- e) Comunicar a Codevasf, através do e-mail sl@codevasf.gov.br, toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- f) Investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015, da lei nº 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

19.2 A Contratada deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da Contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.
- b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
- c) Relação de profissionais da equipe técnica com dedicação exclusiva para a execução de serviços objeto desta licitação, contendo em forma de lista as informações referentes a cada profissional. É imprescindível o fornecimento de: 1) nome completo; 2) número de inscrição no CREA ou



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Conselho de Classe da Categoria; 3) formação (curso, instituição, ano); 4) experiência (cargos, responsabilidades assumidas e projetos envolvidos); 5) observações consideradas relevantes.

- d) A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRTs referente ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.

19.3 A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

19.4 Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da Contratante em Brasília – DF (ou Superintendência Regional).

19.5 Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

19.6 Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.

19.7 Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

19.8 Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.

19.9 Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.

19.10 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA, CAU e Conselhos Técnicos.

19.11 A Contratada deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 19.12 Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 19.13 A Contratada deverá apresentar à Administração do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega do protocolo da via assinada do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da Contratada. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.
- 19.14 Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a Contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre “CAUÇÃO”.
- 19.15 A Contratada deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade Contratante e dos órgãos de controle interno e externo.
- 19.16 Caso a Contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989 ou legislação equivalente.
- 19.17 A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 19.18 Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 19.19 Caberá à Contratada obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 19.20 Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da Contratada.

19.21 A Contratada será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

19.22 A Contratada deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.

19.23 A Contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

19.24 A Contratada entende e aceita que é condicionante para execução de serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:

- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
- b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

19.25 A Contratada deverá disponibilizar veículos para sua equipe técnica conforme especificações e quantidades constantes da Planilha de Custos do Orçamento de Referência que integra o presente Termo de Referência.

19.26 Os veículos para essa finalidade, de cor preferencialmente branca, com os dizeres conforme especificação da Codevasf, deverão ser identificados com as seguintes inscrições, em atendimento à Resolução nº 9.674/01 – Codevasf:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

CODEVASF

VEÍCULO A SERVIÇO DA CODEVASF

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DE POÇOS

19.27 Ficará a Contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha de Custos do Orçamento de Referência.

19.28 Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída, com no máximo 3 anos de uso.

19.29 A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.

20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

20.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

20.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

20.3 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada, através de correspondências protocoladas.

20.4 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

20.5 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a Contratada, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

20.6 Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 20.7 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 20.8 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 20.9 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 20.9.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 20.9.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 20.9.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 20.9.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 20.10 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 20.11 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

21. MATRIZ DE RISCO

- 21.1 A matriz de risco está apresentada no anexo V deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 21.2 A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da Codevasf.
- 21.3 A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a Contratada.
- 21.4 Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 21.5 A Contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 21.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 21.7 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 21.8 A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 21.9 Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 21.10 A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

22. CONDIÇÕES GERAIS

- 22.1 Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva, e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 22.2 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Contratada, independente de transições.
- 22.3 Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela Contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 22.4 A Codevasf poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
- 22.5 Fica garantido à Codevasf, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.
- 22.6 O contrato a ser assinado com a Licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo da Codevasf, o alijamento da Contratada para com ela transacionar, independente de ação ou interpelação judicial cabível.
- 22.7 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Licitante vencedora, independente de transições. Na existência de divergências entre as diretrizes deste Termo de Referência e o Edital, prevalecem as do último.
- 22.8 Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à 6ª Gerência Regional de Revitalização - 6ª GRR da Codevasf.
- 22.9 A Licitante deve considerar nos preços unitários correspondentes propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, seguros, lucro, despesas indiretas, etc.
- 22.10 Qualquer dúvida sobre os serviços será dirimida pela Fiscalização, que se norteará pelo Termo de Referência, Especificações Técnicas, Cadernos de Encargos da Codevasf e NBR em vigor.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 22.11 A Codevasf poderá ordenar à Contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência. A Contratada não terá o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.
- 22.12 O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.
- 22.13 Responsabiliza-se a Licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar a Codevasf e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação, conforme previsto no Art. 72 da Lei nº 13.303/16.
- 22.14 A Contratada obriga-se a reportar à Fiscalização imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da Codevasf.
- 22.15 A Contratada obriga-se a responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços objeto do procedimento licitatório, que eventualmente venham a ser solicitados pela Fiscalização do Contrato.
- 22.16 A Contratada compromete-se em aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, dentro do limite permitido em lei, conservando ou aumentando o percentual de desconto ofertado no período da Licitação, conforme previsto no Art. 14 do Decreto nº 7.983 de 08 de abril de 2013.
- 22.17 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Não são serviços de natureza continuada e possuem dedicação exclusiva da mão de obra.

23. DOCUMENTOS ANEXOS

23.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I: Detalhamento das Justificativas;
- Anexo II: Planilhas de Custos do Orçamento de Referência e Cronograma Físico-Financeiro;
- Anexo III: Modelo de Declaração de Ciência da Abrigência dos Locais de Execução;
- Anexo IV: Especificações Técnicas;
- Anexo V: Matriz de Riscos;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- Anexo VI: Mapa e Relação de Municípios da Área de Atuação da 6ª SR;
- Anexo VII: Modelo de Declaração Referente à Equipe Técnica;
- Anexo VIII: Modelo de Relatório.

Juazeiro, Bahia, 23 de abril de 2026.

Responsáveis pela elaboração:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Eduardo Patrick dos Santos Mello
Analista em Desenvolvimento Regional
Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação
Cadastro: 12539-05

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Priscila Coelho Silva
Analista em Desenvolvimento Regional
Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação
Cadastro: 12049-04

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Raomax Charlles Moreira Matias
Analista em Desenvolvimento Regional
Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação
Cadastro: 11766-09

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Luis Claudio Gomes Santos
Chefe da 6ª GRR/UES
Coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação
Cadastro: 9555-07

De acordo:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Luciano Gomes da Rocha
Gerente da 6ª GRR
Cadastro: 9479-03

Aprovado por:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Paulo Antonio Nunes Rangel de Lima
Superintendente Regional da 6ª SR
Cadastro: 12595-04